



MEMÓRIA

Médicos e seus assistentes atendem crianças no Ipai, criado em 1899

O início da pediatria

No final do século XIX, médicos do Rio de Janeiro se organizaram para reduzir a mortalidade infantil

Carlos Fioravanti

Em um artigo de sete páginas publicado em 1875 na *Revista Médica*, o médico carioca Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo (1846-1901) relatou o uso bem-sucedido de uma solução com cloreto de potássio para tratar uma criança com diarreia, depois de uma mãe ter lhe contado que havia ministrado o sal – não se sabe por qual razão – em vez da formulação que ele havia recomendado. Detalhado em um estudo de 42 páginas publicado dois anos depois, esse trabalho marca o início da pesquisa de Figueiredo em pediatria – e da própria pediatria no Brasil. Moncorvo pai, como também era chamado, estabeleceu métodos de trabalho, construiu em sua casa uma clínica para atender crianças, defendeu a necessidade do ensino de pediatria na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ, hoje parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e formou médicos que fortaleceram essa especialidade no Rio, em São Paulo e Porto Alegre.

Como os franceses em que se inspiravam, os primeiros médicos dedicados à saúde infantil no Brasil argumentavam que a criança não era um adulto em miniatura e tinha peculiaridades que precisavam ser respeitadas. Eles queriam reduzir a elevada mortalidade infantil: no final do século XIX, de cada mil crianças nascidas vivas, 460 poderiam morrer antes dos 7 anos, principalmente por diarreias e tuberculose.

Para amenizar outro problema, o abandono de recém-nascidos nas ruas, insti-

tuições religiosas como a Santa Casa de Misericórdia adotavam a roda dos enjeitados, um cilindro de madeira giratório em que as mães, mantendo o anonimato, deixavam os filhos recém-nascidos, depois entregues para adoção ou mantidos nos conventos. A Santa Casa do Rio registrou a chegada de 47.255 mil crianças entre 1738 e 1888, quando terminou a escravidão no Brasil, ou 315 por ano, em média.

“A percepção da infância era muito diferente da de hoje”, observa a historiadora Gisele Sanglard, da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC-Fiocruz). Em razão da Lei do Ventre Livre, de 1871, filhos de escravos nasciam livres e permaneciam com as mães até os 7 anos, quando já estariam aptos a ganhar a vida por si mesmos. “O trabalho de crianças pobres, com ou sem família, era comum nas fábricas, oficinas mecânicas e arsenais da marinha”, diz ela. “Acidentes de trabalho com crianças também eram comuns.”

Segundo Sanglard, como as mulheres ainda não tinham o hábito de amamentar os filhos – as das classes baixas tinham de voltar ao trabalho logo após o parto e as de classe alta pensavam que poderiam ficar com os seios flácidos –, ex-escravas ganhavam a vida como amas de leite. Os médicos alertavam para o risco de as amas, cuja saúde não era acompanhada, transmitirem tuberculose, sífilis e outras doenças para os bebês.

“A pediatria surgiu no contexto do ensino prático e de uma elite médica”, diz a historiadora Virleene Moreira, do

Instituto Federal da Bahia, autora de um artigo sobre Figueiredo publicado na edição de abril de 2020 na *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Formado na FMRJ em 1871, Figueiredo aprendeu na prática a medicina de crianças nos dois anos seguintes, visitando hospitais de Paris e outras capitais europeias. Em 1874, reinstalado no Rio, publicou um artigo criticando o ensino médico no Brasil e propondo reformas, como a oferta de disciplinas sobre o parto e doenças das crianças. Durante alguns anos ele atendeu adultos e crianças com problemas gastrointestinais, sua especialidade, em sua clínica e na Santa Casa, antes de dar prioridade à saúde infantil.

Como nessa época, conta Sanglard, “o Estado cuidava apenas das epidemias, deixando que as próprias pessoas resolvessem as doenças que tivessem”, em dezembro de 1881 Figueiredo e um grupo de médicos fundaram a Policlínica Geral do Rio de Janeiro, instalada inicialmente em sua própria casa, no centro do Rio, para tratar adultos e crianças doentes. Seis meses depois ele inaugurou um espaço maior, cedido pelo governo, em uma cerimônia assistida por dom Pedro II e outras autoridades da corte, médicos e estudantes de medicina. Nos dois espaços crianças pobres eram atendidas de graça, enquanto os pais das que tinham melhor condição financeira pagavam a consulta.

A Policlínica reuniu 12 médicos e um farmacêutico e se tornou um espaço de atendimento – com 8.375 crianças tratadas de 1882 a 1894 –, ensino e pesquisa. Em 1882, Figueiredo identificou e tratou em uma criança da Policlínica um caso de coqueluche, à qual dedicou os 10 anos seguintes. O trabalho dele e de sua equipe ganhou projeção nacional e internacional, com mais de 60 artigos publicados na *União Médica*, criada por Figueiredo, e em revistas especializadas da França, Espanha, Itália e Estados Unidos de 1883 a 1901.

“O argumento principal do primeiro grupo de médicos para reivindicar a pediatria como área apartada da medicina do adulto era de que as doenças eram as mesmas, mas evoluíam de modo diferente, porque o corpo das crianças tinha suas especificidades e exigiam outra abordagem terapêutica”, diz Moreira. Em fevereiro de 1882, Figueiredo propôs



Moncorvo Filho examina uma criança em 1918, durante a epidemia de gripe espanhola



Consultório com balanças pediátricas e um puerímetro, usado para avaliar o padrão de crescimento, e incubadora para recém-nascidos no início do século XX



ao governo imperial a criação de uma disciplina de doenças infantis. Seis meses depois um decreto autorizava a criação de disciplinas sobre doenças e cirurgias de crianças nas duas faculdades de medicina do Império – além do Rio, havia a de Salvador, na Bahia.

“A nomeação de Moncorvo de Figueiredo para a cátedra de clínica de moléstias médicas e cirúrgicas de crianças já estava acertada com o ministro Manuel de Souza Dantas [1831-1894], que estaria de acordo com a indicação sem necessidade de concurso”, observou o sociólogo Luiz Otavio Ferreira, da COC-Fiocruz, em um trabalho apresentado em 2013 em um simpósio de história. “Parece, contudo, que outros interesses clientelísticos e laços regionais impuseram a realização de concurso, do qual Moncorvo de Figueiredo não quis participar por se considerar *hors concours* na especialidade pediátrica.” A vaga na faculdade do Rio foi ocupada pelo ortopedista e senador baiano Cândido Barata Ribeiro, recém-chegado da Bahia.

Figueiredo continuou independente, com um grupo crescente de adeptos. Pelos cursos teóricos e práticos da Policlínica Geral passaram médicos que, depois, ampliaram a pediatria no Rio e a expandiram para outros estados. Destacaram-se os cariocas Antônio Fernandes

Figueira (1863-1928) e Carlos Artur Moncorvo Filho (1871-1944), o pernambucano Luiz Barbosa (1870-1949) e o gaúcho Olympio Olinto de Oliveira (1866-1956).

Historiador amador, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e autor de poesias que publicava sob pseudônimo em jornais do Rio, Fernandes Figueira mudou-se para Simão Pereira, Minas Gerais, por causa da saúde frágil, e continuou atento às crianças. Com base em suas observações, escreveu um artigo sobre doenças infantis publicado em 1895 e premiado pela Academia Nacional de Medicina. Em 1903, lançou o livro *Éléments de semiologie infantile*, com 632 páginas, em francês, que estabelecia as diferenças das doenças em crianças e em adultos e lhe valeu o convite para voltar ao Rio.

Como diretor da enfermaria de doenças infecciosas de crianças no Hospital São Sebastião, na capital fluminense, Figueira implantou uma inovação: as mães deveriam permanecer ao lado das crianças internadas. Por 14 anos, ele dirigiu um hospital para crianças criado com o apoio de comerciantes na Santa Casa do Rio. Depois, como chefe da Inspeção de Higiene Infantil do Departamento Nacional de Saúde, fundou postos de

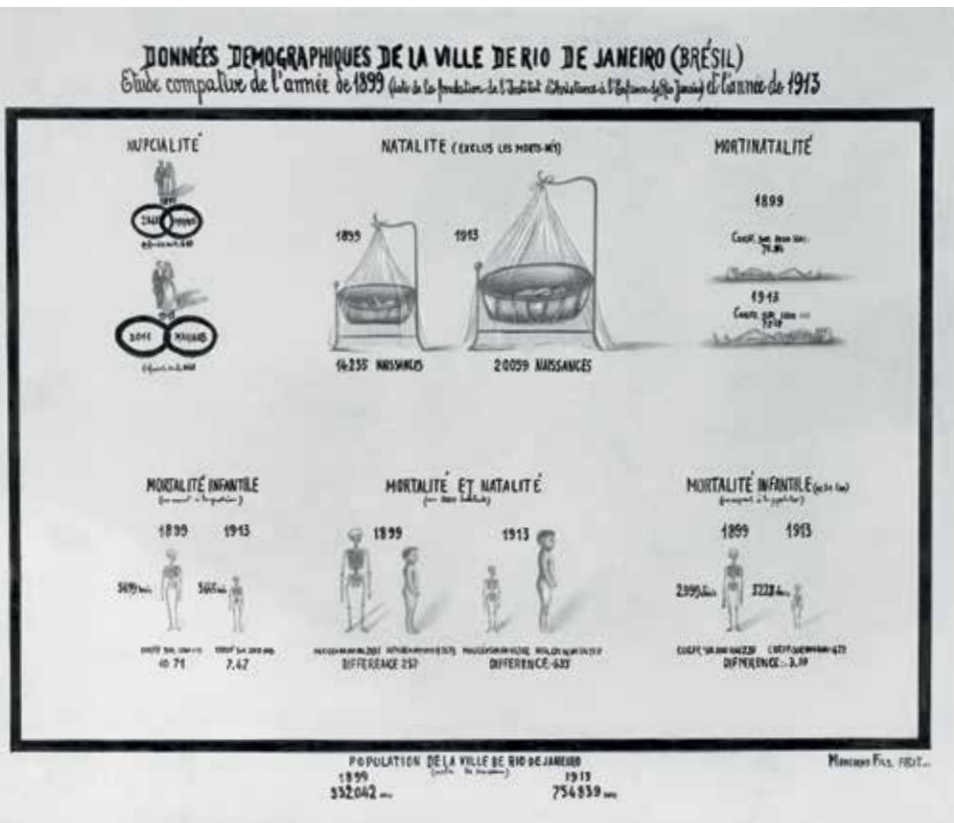
atendimento a crianças e creches em bairros do Rio e em fábricas.

Figueira ajudou a fundar a Sociedade Brasileira de Pediatria em 1910 e, além dos artigos médicos, escreveu o *Livro das mães: Consultas práticas de higiene infantil*, publicado em 1920, respondendo a 107 dúvidas maternas. “Figueira criticava tanto as amas de leite quanto o uso de leite de vacas, cabras ou jumentas para recém-nascidos e defendia a amamentação pela própria mãe”, comenta Sanglard, autora do livro *Amamentação e políticas para a infância no Brasil: A atuação de Fernandes Figueira, 1902-1928* (Editora Fiocruz, 2016).

O pernambucano Barbosa, por sua vez, criou a Policlínica de Botafogo, inaugurada em 1899 e mantida por filantropos. Na clínica, ele assumiu a coordenação do atendimento às crianças após sua filha de 6 meses morrer com uma doença aguda. Como diretor da Saúde Pública do Distrito Federal, criou o Pronto-socorro Municipal, atual Hospital Municipal Souza Aguiar, e, como professor concursado de pediatria na FMRJ, participou do planejamento da construção dos hospitais da faculdade.

Herdeiro direto de Figueiredo, que também expandiu sua obra, “Moncorvo Filho adorava estatística”, conta Moreira, do IFBA. Em 1899 ele criou o Instituto de

Comparações de natalidade e mortalidade infantil em 1899 e 1913 na cidade do Rio de Janeiro



Proteção e Assistência à Infância (Ipai), inicialmente em sua casa, para tratar crianças doentes e prestar serviço social, fornecendo alimento às famílias pobres e enfatizando a importância da higiene e da amamentação materna. “Ele argumentava que a prevenção era tão importante quanto o tratamento de doenças”, diz. No Ipai, Moncorvo Filho implantou o serviço de puerimetria, para obter o que chamava de “índice de robustez da criança brasileira”, com base em medidas e pesagem de cerca de 5 mil crianças de até 14 anos. Com base nesses registros, ele inventou um aparelho, o puerímetro, para ver se as crianças seguiam o padrão normal de crescimento.

O pediatra baiano Alfredo Ferreira de Magalhães (1873-1943), professor da Faculdade de Medicina da Bahia que também publicou artigos sobre doenças de crianças, conhecia os colegas do Rio, criou uma filial do Ipai para oferecer serviços médicos a crianças carentes de Salvador e construiu um hospital para crianças. Em São Paulo, a pediatria avançou com o fluminense Clemente Ferreira (1857-1947), que combateu a febre amarela e a tuberculose antes de dirigir o serviço de proteção à primeira infância do governo estadual.



Vitral do Ipai e armário com garrafas de leite materno



Por sua vez, o gaúcho Olympio Oliveira criou um ambulatório para crianças na Santa Casa de Porto Alegre e ensinou pediatria na Faculdade de Medicina da capital do Rio Grande do Sul antes de voltar ao Rio. No governo federal, ele dirigiu o Departamento Nacional da Criança, criado na década de 1940 para combater a mortalidade infantil e formar médicos nessa especialidade no serviço público de saúde.

“Com base em seus estudos científicos, os médicos eram convidados a ocupar cargos públicos e implementar políticas de assistência à infância”, observa Moreira. Como resultado, a partir de 1920 a necessidade da amamentação materna exclusiva até os 6 meses de idade se tornou consenso, as rodas dos enjeitados escassearam até se extinguirem em meados do século passado, o trabalho infantil foi proibido, o número de pediatras no país cresceu até chegar aos atuais 40 mil e a mortalidade de crianças até 5 anos de idade caiu a 12,4 para cada mil nascidos vivos em 2019. ■